

África

Relatório regional

CIMEIRA DE NAIROBI ICPD+25

Análise de compromissos

Um guia para atingir os compromissos



QUEM SOMOS



A Federação Internacional para o Planeamento Familiar (IPPF) é uma prestadora global de serviços e uma das principais defensoras de direitos e saúde sexual e reprodutiva para todas as pessoas. Somos um movimento mundial de organizações nacionais que trabalham com e para as comunidades e os indivíduos. A IPPF trabalha em prol de um mundo onde todas as mulheres, homens e jovens controlam o seu próprio corpo e, assim, os seus destinos. Um mundo onde são livres para escolher serem ou não pais; livres para decidir quantos filhos terão e quando; livres para levar vidas sexuais saudáveis, sem receio de gravidezes indesejadas e infecções sexualmente transmissíveis, incluindo por VIH. Um mundo onde o género ou a sexualidade deixem de ser uma fonte de desigualdade ou estigma. Não hesitaremos em fazer tudo ao nosso alcance para proteger essas escolhas e esses direitos importantes para as gerações actuais e futuras.

Na qualidade de uma das principais defensoras de direitos fundamentais, a IPPF faz parte de uma intensa vaga de mudanças. Contribuímos para redefinir contextos políticos nacionais e subnacionais, exercendo influência aos níveis nacional, regional e internacional para assegurar que os direitos humanos de todos são cumpridos, protegidos e respeitados.

O Programa de Acção (PA) da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD) continua a orientar o trabalho das associações-membro da IPPF em todo o mundo, para servir todas as mulheres, raparigas ou jovens e promover a sua liberdade sexual e reprodutiva.

Gostaríamos de agradecer a Eimear Sparks, que redigiu este relatório. Agradecemos também as contribuições do Advocacy Advisory Group da IPPF, composto por equipas de sensibilização em todas as regiões de actuação, escritórios de ligação e no escritório central da IPPF, especialmente a Sam Ntelamo, na qualidade de revisor do relatório sobre África.

Este relatório contou com a supervisão de Ana Maria Bejar, Directora de Advocacy na IPPF.

Edição: Tia Jeewa
Revisão: Isabella Lewis
Design: Mathew Birch
Tradução e composição: worldaccent.com

ÍNDICE

1	RESUMO EXECUTIVO	2
2	CONTEXTO HISTÓRICO: ICPD, 1994–2019	4
3	CONTEXTO ACTUAL	5
4	ADVOCACY COMMON AGENDA DA IPPF	6
5	TENDÊNCIAS GLOBAIS	8
6	ANÁLISE REGIONAL PARA ÁFRICA	13
7	CONCLUSÕES	18
8	RECOMENDAÇÕES	19
9	ANEXO 1 – METODOLOGIA E BASE DE DADOS	21
10	REFERÊNCIAS	23
11	ABREVIATURAS	24

1 RESUMO EXECUTIVO

A Federação Internacional para o Planeamento Familiar (IPPF) está na liderança da concretização de direitos e saúde sexual e reprodutiva (DSSR) para todas as pessoas. Na qualidade de uma das principais defensoras e prestadora global de serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR), a IPPF está empenhada em promover a igualdade de género e assegurar que as mulheres, raparigas e jovens concretizam os respectivos direitos e têm controlo sobre o seu próprio corpo, vida e futuro.

Os governos de todo o mundo adoptaram um programa de acção histórico para a promoção dos direitos e saúde sexual e reprodutiva (DSSR). O [Programa de Acção \(PA\) da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento \(ICPD\)](#) definiu uma visão para assegurar a igualdade de género e promover, respeitar e cumprir os direitos humanos e a liberdade reprodutiva de todas as pessoas.

Já houve progresso desde que o Programa de Acção da ICPD foi adoptado, mas há muito ainda por concretizar.

Ainda assim, há 190 milhões de mulheres que querem evitar a gravidez e não utilizam qualquer método contraceptivo¹; 25 milhões de mulheres por ano submetem-se a uma interrupção voluntária da gravidez (IVG) insegura; e uma em três mulheres sofrem violência sexual por parte do seu companheiro ou outrem em alguma altura das suas vidas.ⁱ Em última análise, quase todos os 4,3 mil milhões de pessoas em idade fértil em todo o mundo verão o seu direito à saúde violado durante as suas vidas, devido a cuidados de saúde sexual e reprodutiva inadequados.ⁱⁱ

A [Cimeira de Nairobi ICPD+25 — Acelerar a Promessa](#) teve lugar em Nairobi, no Quênia, de 12 a 14 de Novembro de 2019, tendo assinalado os 25 anos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD+25). A cimeira juntou governos, a sociedade civil, o meio académico, o sector privado, organizações religiosas, instituições financeiras internacionais, organizações locais activas no terreno e outros parceiros interessados na promoção dos direitos e saúde sexual e reprodutiva, que assumiram voluntariamente compromissos. Esses compromissos fazem parte de um esforço internacional para garantir que os objectivos do Programa de Acção da ICPD e

da Agenda 2030 são cumpridos e que as mulheres têm autonomia sobre os seus corpos e as suas vidas.

A Federação Internacional para o Planeamento Familiar está empenhada em concretizar essa agenda por concluir. Através da sua ambiciosa estratégia de sensibilização — a [Advocacy Common Agenda](#), a IPPF trabalha para concretizar mudanças políticas e assegurar prestação de contas a nível nacional quanto a acesso universal a direitos e saúde sexual e reprodutiva, IVG segura, educação sexual integrada, violência sexual e baseada no género e inclusão dos DSSR e da igualdade de género na arquitectura política.

A IPPF está empenhada em promover a igualdade de género e assegurar que as mulheres, raparigas e jovens concretizam os respectivos direitos e têm controlo sobre o seu próprio corpo, vidas e futuros.

Este relatório [Cimeira de Nairobi ICPD+25 — Um guia para atingir os compromissos](#) analisa os compromissos assumidos pelos governos de 137 países que participaram na cimeira e identifica padrões temáticos, lacunas e tendências regionais e globais.

A análise e a [base de dados dos compromissos](#)² identificam muitas oportunidades para mobilização política das associações-membro da IPPF, sociedade civil e governos em redor da Cimeira de Nairobi, para assegurar que os compromissos do Programa de Acção da ICPD e da Agenda 2030 são cumpridos sem negligenciar ninguém.

É crucial acompanhar a implementação governamental de serviços de saúde sexual e reprodutiva e sensíveis ao género vitais para todas as mulheres e raparigas, para assegurar que todas elas podem exercer o seu direito humano de tomar decisões sobre os seus próprios corpos e vidas.

¹ Nações Unidas, Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de População (2019). Contraceptive Use by Method 2019: Data Booklet (ST/ESA/SER.A/435).

² A base de dados da IPPF sobre a Cimeira de Nairobi inclui compromissos assumidos apenas por governos (exclui as ONG e o sector privado).

Este relatório analisa as regiões individualmente, reunindo os compromissos relevantes, comparando-os com os temas prioritários da Advocacy Common Agenda da IPPF e analisando a respectiva consistência com a ICPD. Os compromissos demonstram o apoio dos governos quanto à agenda do PA da ICPD e oferecem oportunidades de sensibilização adicional para agilizar a implementação do PA.

O investimento na saúde sexual e reprodutiva dos jovens é uma tendência-chave global. Foram assumidos em todas as regiões compromissos para melhorar a recolha de dados, incluindo no caso da violência baseada no género. Combater a violência baseada no género foi considerado fundamental para a concretização do PA da ICPD, tendo sido assumidos 143 compromissos. A integração da igualdade de género e dos direitos e saúde sexual e reprodutiva (DSSR) na arquitectura política constitui um tema significativo, reunindo 130 compromissos. A cobertura universal de saúde (UHC) e a educação sexual integrada (CSE) representaram um nível de compromisso médio, reunindo 92 e 61 compromissos, respectivamente, e revelando disparidades significativas entre regiões. Quarenta e quatro dos 69 países incluídos na parceria Planeamento Familiar 2020 ([FP2020](#)) assumiram compromissos quanto a contracepção.

O relatório também verificou que a IVG e a CSE continuam a ser questões ideológicas fundamentais, com lacunas geográficas demarcadas de forma evidente. Há menos ênfase em chegar a populações desfavorecidas, em comparação com acordos intergovernamentais regionais da ICPD. Contudo, alguns países foram significativamente mais além do que tinham previamente acordado ao nível regional, actuando através de políticas ponderadas e coerentes para prestar serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR), incluindo em contextos humanitários, bem como para concretizar direitos reprodutivos.

A Cimeira de Nairobi e os seus compromissos representam um momento histórico para o Programa de Acção da ICPD. Os compromissos devem ser utilizados nas acções de sensibilização para mudanças ao nível nacional quanto aos temas específicos subscritos pelos governos na cimeira, em coordenação com acções de sensibilização aos níveis regional e internacional para apoiar essas mudanças nacionais.

Esperamos que a sociedade civil aproveite este relatório para definir estratégias de sensibilização nacionais que façam avançar a Agenda da ICPD, coordenar esforços para concretizar a Plataforma de Acção de Pequim e a Agenda 2030, desenvolver parcerias estratégicas e estabelecer coligações.

É crucial acompanhar a implementação governamental de serviços de saúde sexual e reprodutiva e sensíveis ao género vitais para todas as mulheres e raparigas.

2 CONTEXTO HISTÓRICO: ICPD, 1994–2019

Em 1994, 179 governos adoptaram conjuntamente um [Programa de Acção](#) revolucionário na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo, Egipto. Os Estados-Membros acordaram que os direitos e saúde sexual e reprodutiva eram direitos humanos que deviam estar no centro da agenda de desenvolvimento mundial.

O Programa de Acção da ICPD delinea como a educação, a saúde, o desenvolvimento, os direitos humanos e o empoderamento estão interligados, sendo necessária uma acção colectiva para produzir as mudanças necessárias e melhorar assim as vidas de milhões de pessoas, mulheres e raparigas.

Após a ICPD, a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995) confirmou o acordo celebrado na ICPD e definiu os direitos das mulheres e raparigas, incluindo o direito de controlar e decidir livremente sobre questões relacionadas com a sexualidade.

Conjuntamente, o PA da ICPD e a [Plataforma de Acção de Pequim](#) definem a agenda internacional sobre os direitos da mulher. Contudo, a visão de empoderamento e igualdade descrita nesses acordos ainda não foi concretizada, estando por cumprir muitas das acções e compromissos assumidos no Cairo e em Pequim.

Para consolidar os direitos e saúde sexual e reprodutiva, ocorreram conferências de análise periódicas³ após a ICPD de 1994. Transversalmente a regiões e países, tem havido um progresso incremental na protecção dos direitos humanos das mulheres e raparigas aos níveis regional e nacional, frequentemente através de acções de sensibilização dos governos pela sociedade civil, agências da ONU (incluindo o UNFPA) e outras partes interessadas.

Em 2018, tendo em vista os históricos 25 anos do PA da ICPD, realizaram-se cinco análises regionais aprofundadas⁴. Reafirmaram a importância política da arquitectura ao nível regional para a implementação, o seguimento e a avaliação da ICPD. As análises destacaram a necessidade de investir na agilização do PA da ICPD, bem como de acompanhar o progresso e colmatar lacunas para assegurar que não se negligencia ninguém.

O Programa de Acção da ICPD delinea como a educação, a saúde, a agência, o desenvolvimento, os direitos humanos e o empoderamento estão interligados, sendo necessária uma acção colectiva.

³ Análises da ICPD para além de 2014:

África: https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/addis_declaration_english_final_e1351225_1.pdf & https://au.int/sites/default/files/documents/24099-poa_5-revised_clean.pdf

Ásia-Pacífico: https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/policy/Compendium/Volume%20II/i_Chapter%204.pdf

Europa: https://www.unece.org/fileadmin/DAM/pau/icpd/Conference/Other_documents/Chair-s-Summary.pdf

ALC: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/Montevideo%20Consensus-15Aug2013.pdf>

Mundo Árabe: https://www.unfpa.org/sites/default/files/event-pdf/Cairo_Declaration_English.pdf

⁴ Relatórios de análise regional da ICPD+25, 2018 https://www.un.org/en/development/desa/population/commission/sessions/2019/regional_conferences.asp

3 CONTEXTO ACTUAL

A Agenda 2030, com os seus [17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (ODS) é um compromisso global ambicioso com potencial para mudar vidas através da integração das dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Enquanto base, proporciona um impulso renovado para os governos implementarem a visão da ICPD, concretizando assim os objectivos de saúde sexual e reprodutiva, e para os promotores dessa visão responsabilizarem os governos nesse âmbito.

Embora tenha sido alcançado algum progresso nas últimas décadas, continuam a existir diversas barreiras e há milhões de pessoas em todo o mundo que ainda não viram concretizados os seus direitos sexuais e reprodutivos. Há 190 milhões de mulheres que querem evitar a gravidez e não utilizam qualquer método contraceptivo⁵; 25 milhões de mulheres por ano realizam uma interrupção voluntária da gravidez (IVG) insegura; e uma em três mulheres são vítimas de violência por parte dos seus companheiros ou outrem nas suas vidas. ⁱⁱⁱ Em última análise, quase todos os 4,3 mil milhões de pessoas em idade fértil em todo o mundo verão o seu direito à saúde violado durante as suas vidas, devido a cuidados de saúde sexual e reprodutiva inadequados.

Os vários compromissos políticos de direitos humanos assumidos aos níveis regional e internacional definem claramente o que precisa de ser feito. Declaram que todos — incluindo os que estão em situação vulnerável devido a conflitos, catástrofes ou crises — têm de ter acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva que salvam vidas. Todavia, essas aspirações progressistas não se estão a traduzir em acções ao nível nacional e ainda não estão a produzir uma diferença suficiente nas vidas das mulheres.

Em todo o mundo, há forças de oposição conservadoras e bem organizadas, apoiadas por líderes políticos populistas e políticas regressivas, que comprometem cada vez mais o progresso para atingir igualdade de género e nos direitos e saúde sexual e reprodutiva. Contudo, mesmo face ao tumulto geopolítico e à repressão, estão a surgir movimentos sociais em todo o mundo. Nos casos em que os governos falharam perante os seus cidadãos e lhes negaram cuidados, há organizações locais de mulheres, jovens e outras pessoas activas no terreno que estão a intervir.

Desde a mobilização feminista para acesso à IVG segura^{iv} até à despenalização das relações entre pessoas do mesmo sexo, a luta pelo direito à liberdade contra a coerção reprodutiva está a mudar o nosso mundo, apesar das constantes dificuldades.

A comunidade global tem de assegurar que os ambiciosos compromissos internacionais assumidos na Cimeira de Nairobi se concretizem para todas as mulheres, raparigas e jovens.

A Cimeira de Nairobi ICPD+25 — Acelerar a Promessa realizou-se em Nairobi, no Quênia, de 12 a 14 de Novembro de 2019, assinalando os 25 anos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento que decorreu no Cairo. A cimeira juntou governos, a sociedade civil, o meio académico, o sector privado, organizações religiosas, instituições financeiras internacionais, organizações locais activas no terreno e outros parceiros interessados na promoção dos direitos e saúde sexual e reprodutiva, que assumiram voluntariamente compromissos. Esses compromissos fazem parte de um esforço internacional para garantir que os objectivos do Programa de Acção do ICPD e da Agenda 2030 são cumpridos e que as mulheres têm autonomia sobre os seus corpos e as suas vidas. Os cinco temas da cimeira foram: acesso universal aos direitos e saúde sexual e reprodutiva; financiamento para concluir o Programa de Acção da ICPD; diversidade demográfica para promover o crescimento económico e alcançar um desenvolvimento sustentável; erradicar a violência baseada no género e práticas prejudiciais; e o direito aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva em contextos humanitários e frágeis.

Como a cimeira não foi formalmente instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas e não produziu um resultado intergovernamental acordado, criou-se um espaço para que as partes interessadas se reunissem e reafirmassem que estão determinadas a atingir os objectivos acordados no Cairo, através da apresentação dos seus compromissos para agilizar assim a implementação do Programa de Acção da ICPD.

⁵ Nações Unidas, Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de População (2019). Contraceptive Use by Method 2019: Data Booklet (ST/ESA/SER.A/435).

4 ADVOCACY COMMON AGENDA DA IPPF

Através da sua estratégia de sensibilização — a [Advocacy Common Agenda](#) — a IPPF faz parte de uma intensa onda de mudanças para assegurar que os governos respeitam, protegem e cumprem os direitos sexuais e reprodutivos e a igualdade de género. Ao procederem dessa forma, os membros da IPPF promovem responsabilização e mudanças políticas ao nível nacional quanto a acesso universal a direitos e saúde sexual e reprodutiva, IVG segura, educação sexual integrada, violência sexual e baseada no género e inclusão dos DSSR e da igualdade de género na arquitectura política. Ao redefinir os contextos políticos subnacionais e nacionais, exercendo influência aos

níveis nacional, regional e internacional, a IPPF contribui para concretizar a implementação do Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a Plataforma de Acção de Pequim e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

O relatório de **análise dos compromissos da Cimeira de Nairobi ICPD+25 — Um guia para atingir os compromissos** destina-se a fornecer à sociedade civil evidências que permitam desenvolver acções de responsabilização e estratégias de sensibilização nacionais com base nos compromissos governamentais anunciados na cimeira.

Figura 1 Resumo ilustrado da Advocacy Common Agenda da IPPF



Este relatório apresenta uma análise dos compromissos assumidos pelos governos de 137 países que participaram na Cimeira de Nairobi ICPD+25 e identifica padrões temáticos, lacunas e tendências regionais e globais para promover acções de responsabilização a nível nacional e assegurar que esses compromissos são cumpridos. O relatório identifica muitas oportunidades para mobilização política de membros da IPPF, sociedade civil e governos em redor da Cimeira de Nairobi. Este relatório inclui uma [base de dados](#) dos compromissos dos governos, organizados por país, tema e região.

Agora, está na altura de redobarmos os nossos esforços, responsabilizarmos os governos e garantirmos que estes compromissos políticos se concretizem para todas as mulheres, raparigas e jovens.



5 TENDÊNCIAS GLOBAIS

Os temas prioritários analisados neste relatório — acesso universal a direitos e saúde sexual e reprodutiva, interrupção voluntária da gravidez (IVG) segura, educação sexual integrada, violência sexual e baseada no género e DSSR e igualdade de género na arquitectura política — estão bem representados de forma transversal a todas as regiões. Dos 137 países

que participaram em Nairobi, 111 países assumiram um total de 775 compromissos que foram analisados, 56 por cento dos quais (439) se enquadraram em áreas prioritárias. Surgiram tendências mais detalhadas que constituem áreas importantes para esforços de sensibilização direccionados aos níveis global e nacional.

Figura 2: A–F Compromissos por região e tema prioritário

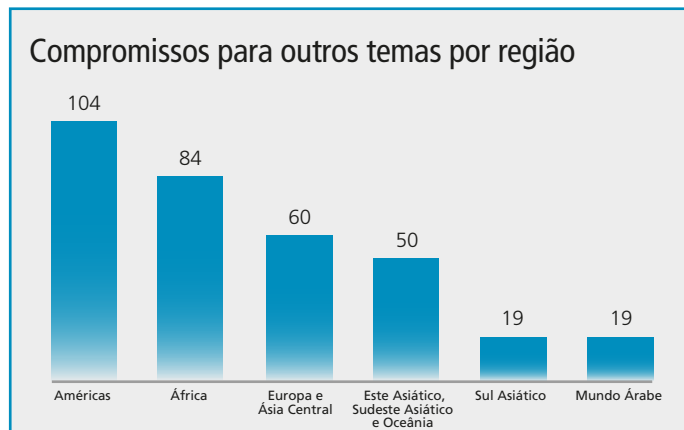
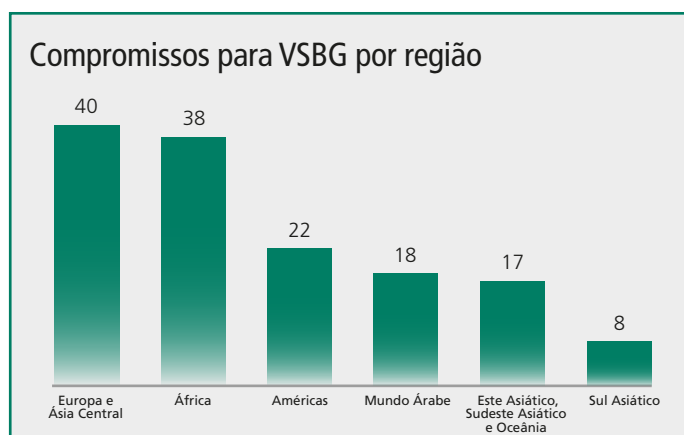
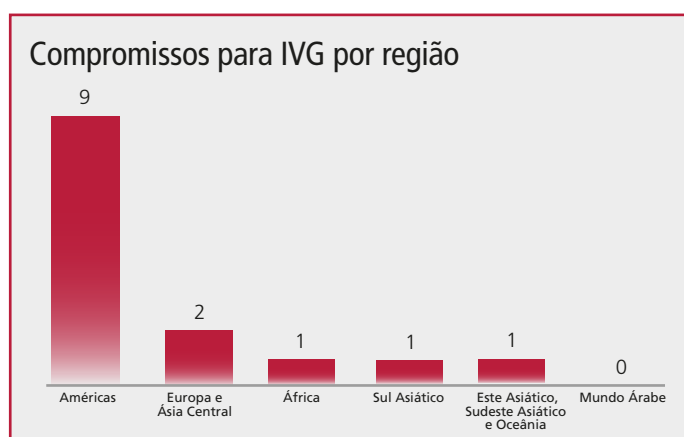
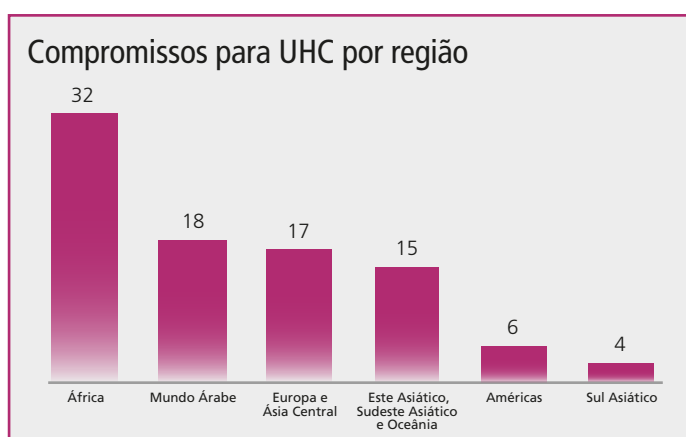


Tabela 1 Consistência dos compromissos com temas prioritários

Temas	Compromissos	Tendências
Acesso universal a direitos e saúde sexual e reprodutiva	92	- Os compromissos sobre contracepção são bastante variados e incluem o aumento da disponibilidade da variedade de métodos, eliminação necessidades insatisfeitas, consolidação dos sistemas de distribuição e o aumento do orçamento atribuído a aprovisionamento e disponibilidade, bem como a formação e acessibilidade para a juventude. 72 países assumiram compromissos relativos a contracepção. - África está na liderança da UHC, com 32 compromissos.
Educação sexual integrada	61	- A África e a Europa e Ásia Central estão na liderança dos compromissos para CSE, com 15 e 13 compromissos, respectivamente. - Os países do Sul Asiático apresentam o menor número de compromissos, correspondente a três. - Há ainda dificuldades em todo o mundo no apoio à educação sexual integrada. - Nas Américas, os compromissos para CSE obtiveram uma pontuação fraca nos critérios SMART.
Violência sexual e baseada no género (VSBG)	143	- Os países assumiram diversos compromissos sobre este tema, representando uma abordagem multifacetada e multisectorial. - Os compromissos incluíram de uma forma balanceada considerações legislativas como financeiras. - As regiões da Europa e Ásia Central (40) e África (38) estão na liderança, apresentando o maior número de compromissos. - Os compromissos para violência sexual e baseada no género obtêm uma pontuação elevada nos critérios SMART.
Direitos e saúde sexual e reprodutiva e igualdade de género na arquitectura política	130	- Em todas as regiões, a abordagem é abrangente e inclui empoderamento financeiro, combate à discriminação e diversos programas e políticas que são inclusivos, alguns com homens e rapazes. - A África (59) e a Europa e Ásia Central (20) estão na liderança, seguindo-se as Américas e o Mundo Árabe, com 18 e 16 compromissos, respectivamente. - Os compromissos de muitos países também incluem a implementação, operacionalização ou consolidação de programas, políticas ou iniciativas governamentais especiais já existentes.

A África apresenta o número mais elevado de compromissos consistentes com temas prioritários (145), correspondendo os maiores números a igualdade de género (59) e violência sexual e baseada no género (38).

Seguem-se a Europa e Ásia Central, com 92 compromissos consistentes com temas prioritários, estando a violência sexual e baseada no género na liderança com 40 compromissos. As Américas apresentam 66 compromissos consistentes com as áreas prioritárias, direccionando-se mais para a VSBG (22 compromissos). A região do Mundo Árabe apresenta 59 compromissos consistentes com os temas prioritários (18 cada para VSBG e UHC), seguindo-se a região de Este Asiático, Sudeste Asiático e Oceânia com 53 compromissos, correspondendo o maior número deles a VSBG (17) e UHC (15). Os países do Sul Asiático assumiram 24 compromissos consistentes com as prioridades, apresentando números iguais para igualdade de género e violência sexual e baseada no género (8 compromissos para cada).

INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ

A IVG é o tema com menos compromissos, o que é preocupante. A nível regional, o número mais elevado de compromissos situa-se nas Américas, com nove, seguindo-se a Europa e Ásia Central, com dois. As regiões de África, Sul Asiático e Este Asiático, Sudeste Asiático e Oceânia assumiram cada uma um compromisso, enquanto a região do Mundo Árabe não assumiu nenhum.

GÉNERO

A integração da igualdade de género e dos DSSR na arquitectura política constitui um tema significativo, reunindo 130 compromissos. Em todas as regiões a abordagem é abrangente e inclui empoderamento financeiro, combate à discriminação e diversos programas e políticas que são inclusivos, alguns com homens e rapazes. Os compromissos de muitos países também incluem a implementação, operacionalização ou consolidação de programas, políticas ou iniciativas governamentais especiais já existentes.

VIOLÊNCIA SEXUAL E BASEADA NO GÉNERO

A violência sexual e baseada no género constitui globalmente o tema com o maior número de compromissos, totalizando 143 compromissos. Observa-se um apoio alargado em todas as regiões quanto à VSBG. Os compromissos obtêm uma pontuação elevada nos critérios SMART. A África e a Europa e Ásia Central estão na liderança, apresentando o maior número de compromissos para VSBG.

JUVENTUDE

Foi assumido um grande número de compromissos em todo o mundo direccionado para a juventude, na qualidade de tema de agilização da cimeira. Transversalmente a todas as regiões, os governos demonstraram um apoio avassalador quanto ao empoderamento da juventude e à importância de fornecer as ferramentas e criar o ambiente necessário para o êxito dos jovens, aproveitando assim o dividendo demográfico.

Para além da CSE, os compromissos para a juventude direccionaram-se para programas de prevenção do VIH e da gravidez; prevenção e programas para violência baseada no género; políticas relacionadas com o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva amigáveis para os jovens; aumento do acesso a processos e espaços de tomada de decisões e do acesso a ensino de qualidade e emprego de qualidade; igualdade de género e contracepção.

A disponibilidade governamental para investir na juventude tem uma importância crucial e representa uma tendência global muito positiva. Para além da sensibilização para a respectiva implementação específica, estes compromissos podem ser aproveitados para apoiar o acesso a DSSR, em particular o aumento do acesso a serviços de SSR apelativos para os jovens, e programas de CSE para jovens com um percurso escolar instável.

DADOS

Foram assumidos compromissos abrangentes para dados, em todas as regiões. O âmbito e o direccionamento dos mesmos variaram, incluindo geralmente a implementação de censos ao nível

nacional, a necessidade de desagregação dos dados e inclusão de grupo vulneráveis e a utilização de dados de qualidade para influir a concepção e a implementação de programas. Alguns relacionam-se com a criação de relatórios da implementação do PA da ICPD, direccionados para a violência sexual e baseada no género e igualdade de género. A maioria relaciona-se com a necessidade de analisar os dados recolhidos para influir os programas. A consolidação dos sistemas estatísticos nacionais e inquéritos sobre a prevalência do VIH também constaram nos compromissos para dados.

POPULAÇÕES MARGINALIZADAS E VULNERÁVEIS

Também se prestou atenção às populações marginalizadas e vulneráveis na Cimeira de Nairobi, embora os números e a diversidade tenham variado nas diversas regiões. Os grupos que são incluídos mais consistentemente correspondem a pessoas com deficiências, refugiados e migrantes, particularmente mulheres e idosos migrantes. As populações indígenas e pessoas de descendência africana e outros grupos étnicos minoritários, embora tenham reunido alguns compromissos, não foram alvo de atenção substancial, mesmo na região das Américas, que tem uma população considerável de ambos os grupos étnicos. Com a excepção da Europa e Ásia Central e, em certa medida, das Américas, as pessoas da comunidade lésbica, gay, bissexual, transgénero, queer e intersexo (LGBTQI+) também não tiveram destaque nos compromissos da Cimeira de Nairobi, embora seja importante salientar que, na região do Mundo Árabe, o Líbano assumiu um compromisso para esse tema.

CONSISTÊNCIA COM A FP2020

O projecto Planeamento Familiar 2020 ([FP2020](#)) é uma parceria global para incentivar o progresso nacional quanto aos objectivos de planeamento familiar. A FP2020 priorizou [69 países-alvo](#) para agilizar o progresso na expansão do acesso a contraceptivos e serviços de contracepção.

- 44 países⁶ da FP2020 assumiram compromissos relativos à contracepção;
- 28 países fora da FP2020 assumiram compromissos relativos à contracepção.

FINANCIAMENTO DOMÉSTICO

Assegurar financiamento para direitos e saúde sexual e reprodutiva é fundamental para se concretizar o acesso universal a DSSR e igualdade de género. Os compromissos financeiros distribuem-se entre compromissos de financiamento doméstico e Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

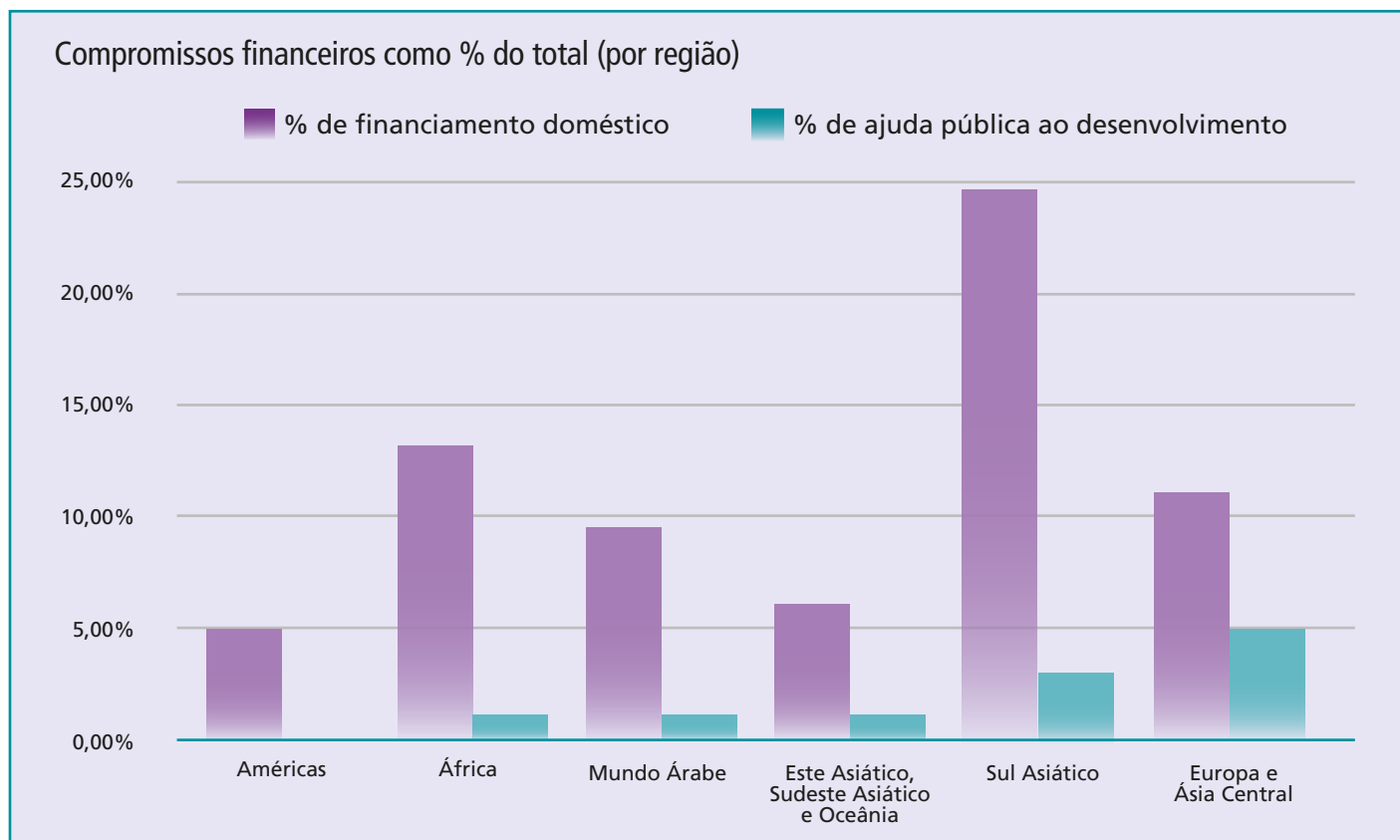
Foram assumidos compromissos de financiamento doméstico para os custos de questões temáticas específicas ou a implementação do PA da ICPD. A sub-região do Sul Asiático está na liderança com cerca de 25 por cento dos respectivos compromissos dedicados ao financiamento doméstico, seguindo-se África com 13 por cento. Um número elevado de compromissos de financiamento doméstico direccionou-se para a violência sexual e baseada no género e a igualdade de género. Relativamente aos compromissos para Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a Europa e Ásia Central lideram com cerca de cinco por cento dos compromissos dedicados a essa área.

Ainda não é evidente quanto do financiamento anunciado na Cimeira de Nairobi é novo e quanto foi reapresentado. Esta análise não tem em consideração os compromissos assumidos por partes não estatais.

Um número elevado de compromissos de financiamento doméstico direccionou-se para a violência sexual e baseada no género e a igualdade de género.

⁶ Num total de 69 países da FP2020 www.familyplanning2020.org/countries

Figura 3 Total percentual financeiro dos compromissos por região



A healthcare worker, a Black woman with glasses and a white uniform, is examining the arm of a patient. The patient is a Black woman with her hair in a bun, wearing a white sleeveless top, sitting on a medical table. The background shows a clinical setting with a window and medical equipment.

6 ANÁLISE REGIONAL PARA ÁFRICA

ÁFRICA

No caso da região de África⁷, foram analisados 217 compromissos assumidos por 37 governos para direitos e saúde sexual e reprodutiva e igualdade de género.

Em relação às áreas temáticas prioritárias, 145 dos referidos compromissos estão directamente relacionados com acesso universal a direitos e saúde sexual e reprodutiva, IVG, educação sexual integrada, violência sexual e baseada no género e DSSR e igualdade de género na arquitectura política.

A educação sexual integrada reuniu 15 compromissos mas, no total, foram assumidos 50 compromissos⁸ por esta região relativos à juventude, incluindo acesso a processos e espaços de tomada de decisões, empoderamento económico, acesso a emprego e ensino de qualidade e o desenvolvimento de políticas e programas contra a violência baseada no género especificamente direccionados para a juventude. Isso demonstra um compromisso governamental para investir na juventude. Algumas dessas políticas e programas podem constituir vias de entrada para sensibilizar quanto à expansão e implementação de programas de CSE ou podem até incluir elementos relevantes para a CSE na sua concepção.

Os dados mostram 32 compromissos para cobertura universal de saúde. Os direitos e saúde sexual e reprodutiva em situações humanitárias só surgem 13 vezes em todo o continente, o que pode comprometer políticas e programas nessa área, que são muito necessárias.

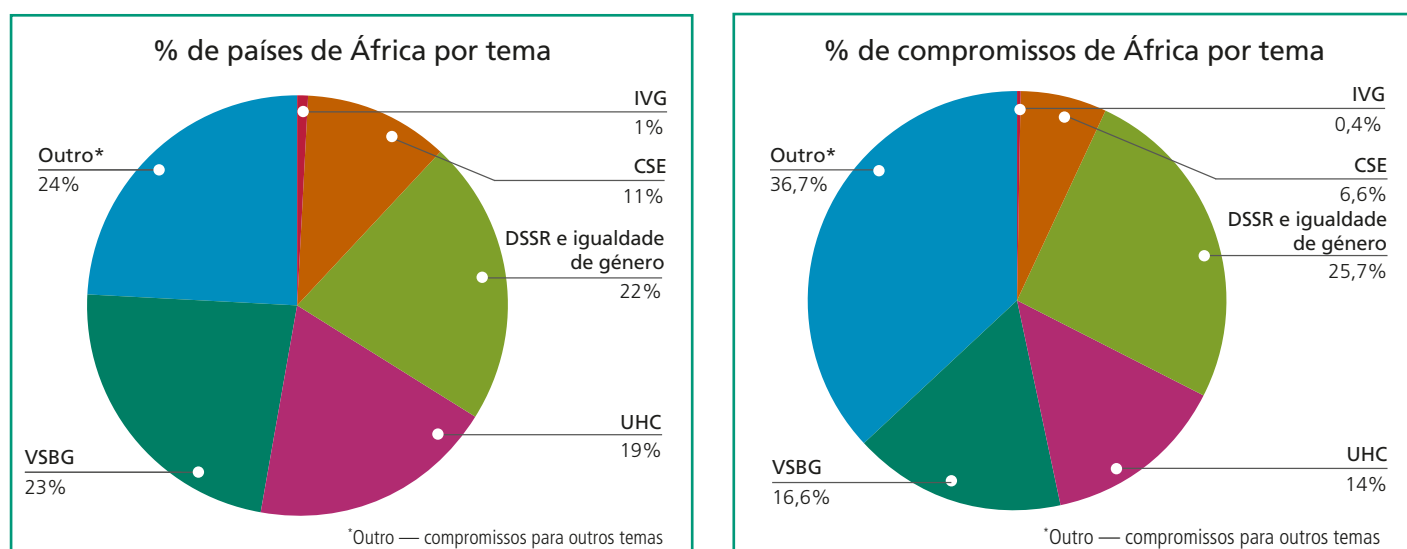
O financiamento doméstico correspondeu apenas a 13 por cento dos compromissos financeiros de países africanos — num total de 21 países, estando a maioria direccionada para a juventude.

Globalmente, os compromissos direccionaram-se sobretudo para a igualdade de género e a violência sexual e baseada no género, enquanto outras áreas prioritárias, especialmente a IVG, reuniram menos compromissos. É importante destacar a tendência positiva de diversos compromissos — por exemplo, de Eritreia e Madagáscar — associarem a educação sexual integrada ao progresso em outras áreas, incluindo o desenvolvimento da juventude e a prevenção de VSBG.

A região de África apresentou 13 compromissos relacionados com a disponibilidade de dados desagregados de qualidade, uma área importante para realçar desigualdades e exclusão. A análise dos compromissos desta região demonstrou variações quer no âmbito quer na direcção das acções, incluindo a implementação de censos ao nível nacional, desagregação de dados, inclusão de grupo vulneráveis e a utilização de dados de qualidade para influir a concepção e a implementação de programas.

Finalmente, cerca de 10 compromissos referem especificamente grupos vulneráveis, embora a composição desses grupos varie entre países. Incluem duas referências às necessidades de refugiados, migrantes, populações rurais e grupos deslocados, enquanto os órfãos e os idosos são referidos uma vez.

Figura 4 A e B Percentagem de compromissos de África consistentes com prioridades temáticas



⁷ África do Sul, Angola, Benim, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Eritreia, Essuatíni, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Madagáscar, Maláui, Mali, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué.

⁸ Angola, Benim, Burundi, Comores, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Gana, Madagáscar, Maláui, Namíbia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Uganda.

QUALIDADE DOS COMPROMISSOS

Em relação aos compromissos relevantes para o género, 39 por cento cumpriram os critérios SMART.

Tabela 2 Países africanos com compromissos SMART robustos com base em temas prioritários

Temas	Compromissos SMART robustos
Acesso universal a direitos e saúde sexual e reprodutiva	Burquina Faso — Especificação de passos programáticos e políticos detalhados e de requisitos orçamentais. Maláui — Comprometeu-se a estabelecer um quadro de DSSR abrangente e seguro de saúde universal, com atribuições orçamentais específicas. Mali — Accção focada especificamente no acesso pelos jovens, incluindo considerações financeiras gerais para a implementação do PA da ICPD. Congo — Passos programáticos específicos e metas calendarizadas, com considerações orçamentais. Nigéria — Passos programáticos detalhados com identificação do impacto orçamental. Moçambique — Relacionados sobretudo com o acesso a saúde sexual e reprodutiva pelos jovens, com passos programáticos (sem considerações orçamentais).
Interrupção voluntária da gravidez	Eritreia — Comprometeu-se a incluir acesso a IVG segura, tal como permitido por lei, e medidas para prevenir e evitar a IVG insegura na política nacional para UHC.
Educação sexual integrada	Gana — Compromisso SMART bem enquadrado. Gabão — Passos programáticos e políticos específicos. São Tomé e Príncipe — Inclusão de considerações programáticas específicas, englobando serviços de saúde sexual e reprodutiva para os jovens, e de considerações financeiras gerais para o PA da ICPD e ODS.
Violência sexual e baseada no género	Essuatíni — Accções programáticas multilaterais específicas, incluindo legislação. Gâmbia — Comprometeu-se com accções programáticas específicas e identificou considerações financeiras gerais para o PA da ICPD. Guiné-Bissau — Identificação clara de accções programáticas multisectoriais, incluindo legislação, embora não tenha considerado o impacto financeiro.
Direitos e saúde sexual e reprodutiva e igualdade de género na arquitectura política	Ruanda — Compromissos relacionados com igualdade de género e saúde sexual e reprodutiva com considerações orçamentais específicas. Os compromissos demonstram uma abordagem holística para concretizar sinergias. África do Sul — Os compromissos direccionam-se sobretudo para o empoderamento económico das mulheres; os outros assumidos para a violência baseada no género e a cobertura universal de saúde deveriam complementar as políticas de empoderamento de forma mais alargada.

A análise dos compromissos assumidos pelos países na região demonstrou que 41 por cento dos compromissos estão associados aos temas dos Três Zeros do UNFPA⁹, no âmbito do planeamento familiar, mortalidade materna e violência baseada no género.

Globalmente, quase metade (49 por cento) dos compromissos regionais de África estão também associados aos cinco temas dos compromissos da Cimeira de Nairobi — diversidade demográfica, financiamento no âmbito da ICPD, violência baseada no género, cuidados de saúde sexual e reprodutiva em contextos humanitários e frágeis e cobertura universal de saúde — centrados maioritariamente (120 compromissos) na diversidade demográfica, no financiamento e na violência baseada no género.

COMPROMISSOS DE NAIROBI E ACORDOS REGIONAIS

O [Plano de Acção de Maputo](#) (MPoA) para a operacionalização de direitos e saúde sexual e reprodutiva em 2016–2030, acordado por Ministros da Saúde, procura assegurar o acesso universal a DSSR no continente africano. Em termos latos, consiste em dez intervenções estratégicas do Quadro Político Continental para a Saúde e os Direitos Sexuais e Reprodutivos:

- Aumentar os recursos para programas de DSSR;
- Concretizar os compromissos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD) e de Pequim+20 compromissos em legislação nacional e políticas de DSSR;
- Continuar a reduzir a mortalidade e morbilidade maternas e a mortalidade infanto-juvenil através da prevenção de todas as mortes evitáveis de mães, recém-nascidos e crianças;
- Combater o(a) VIH/SIDA;
- Expandir a utilização de contraceptivos;
- Reduzir os níveis de IVG insegura;
- Erradicar o casamento infantil, precoce e forçado;
- Erradicar a mutilação genital feminina;
- Prevenir a violência baseada no género;
- Assegurar o acesso de adolescentes e jovens a SSR.

O plano apela aos Estados-Membros para priorizar as seguintes áreas específicas:

- Assegurar a prestação de contas e a consolidação do monitoramento e avaliação;
- Investir nas necessidades de DSSR de adolescentes, jovens e outras populações vulneráveis e marginalizadas;
- Fornecer educação integrada adequada à idade e culturalmente sensível sobre a saúde sexual e reprodutiva que envolva os pais e as comunidades;
- Assegurar a igualdade de género, o empoderamento das mulheres e raparigas e o respeito pelos direitos humanos; Reduzir as ocorrências de IVG insegura e disponibilizar IVG segura;
- Aumentar o financiamento e os investimentos em saúde para DSSR.

Os compromissos assumidos por governos africanos na Cimeira de Nairobi são consistentes com as intervenções estratégicas definidas no MPoA. Os compromissos representam um investimento político robusto para erradicar a violência sexual e baseada no género e as infeções sexualmente transmissíveis, incluindo por VIH, assegurar o acesso a contracepção, prevenir a mortalidade materna e infantil e erradicar o casamento infantil, precoce e forçado e a mutilação genital feminina. Além disso, foi assumido um compromisso significativo para disponibilizar programas apelativos para os jovens, incluindo acesso a SSR.

Nem todos os temas prioritários se reflectem nos compromissos da Cimeira de Nairobi. De entre os compromissos na região de África, apenas 13,2 por cento estão relacionados com o financiamento de medidas na área dos direitos e saúde sexual e reprodutiva ou a agenda da ICPD. A Eritreia é o único país africano que assumiu o compromisso de viabilizar o acesso a IVG segura. Comprometeu-se a reduzir as mortes maternas evitáveis para zero através da integração do acesso a IVG segura, de acordo com a lei, em estratégias, políticas e programas de UHC, para proteger e garantir o direito de todas as pessoas à integridade corporal, autonomia e direitos reprodutivos.

A educação sexual integrada e a cobertura universal de saúde não se reflectem significativamente nos compromissos da Cimeira de Nairobi, em comparação com o intenso destaque nas recomendações do MPoA e nas disposições do Compromisso da África Oriental e Austral sobre a CSE. Salienta-se que 14 países

⁹ Os temas dos Três Zeros do UNFPA — zero necessidades insatisfeitas de planeamento familiar; zero mortes maternas; e zero violência e práticas prejudiciais contra as mulheres e raparigas, incluindo casamento infantil e mutilação genital feminina.

assumiram compromissos para CSE e 23 para UHC na região. Contudo, os compromissos para CSE não foram, na sua maioria, acompanhados por considerações sobre sensibilidade cultural e envolvimento dos pais. É importante destacar a tendência positiva de diversos compromissos associarem a educação sexual integrada ao progresso em outras áreas, incluindo o desenvolvimento dos jovens e a prevenção de VSBG, incluindo-se neste contexto a Eritreia, o Maláui, Madagáscar e São Tomé e Príncipe.

Há um compromisso forte para recolha de dados que permita influir a concepção e a implementação de programas e, em alguns casos, assegurar a inclusão de grupos vulneráveis, mas pouca referência à criação ou consolidação de mecanismos de responsabilização ou acompanhamento e avaliação.

A educação sexual integrada e a cobertura universal de saúde não se reflectem significativamente nos compromissos da Cimeira de Nairobi.

Esta análise regional é acompanhada por uma [base de dados dos compromissos](#) que a sociedade civil e os governos podem utilizar para seguir os compromissos nacionais da Cimeira de Nairobi e para reforçar os esforços de sensibilização e prestação de contas que promovam o progresso da respectiva implementação.



7 CONCLUSÕES

A Cimeira de Nairobi representou uma renovação da visão e do compromisso para assegurar que as comunidades de diferentes partes do continente assumem a responsabilidade de concretizar não só o Programa de Acção da ICPD, mas também novos acordos intergovernamentais, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063 da União Africana. À medida que o continente percorre a próxima década, é essencial considerar as necessidades insatisfeitas de planeamento familiar, rectificar as desigualdades e melhorar o acesso a saúde sexual e reprodutiva para todas as pessoas. Os direitos e as escolhas devem estar no centro das nossas vidas.

Os objectivos alcançados no âmbito da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento em 1994, que foi central para o futuro das mulheres e raparigas, têm de ser mantidos e formalizados através dos resultados e compromissos da Cimeira de Nairobi.

A pandemia de COVID-19 resultou num aumento das necessidades no âmbito da VBG e DSSR, com uma diminuição simultânea dos serviços de DSSR em todo o mundo¹⁰. Agora, mais do que nunca, devem-se concretizar os compromissos da Cimeira de Nairobi.

A Cimeira de Nairobi e os seus compromissos nacionais representam um momento histórico para o Programa de Acção da ICPD. Pela primeira vez, os governos foram capazes de identificar temas-chave prioritários no âmbito da Agenda da ICPD que irão facilitar mudanças ao nível nacional. É importante avaliar a Cimeira de Nairobi em termos holísticos, captando não só o financiamento ou o número e a essência dos compromissos, mas também o momento político e o potencial para consolidar acções de sensibilização e prestação de contas para a Agenda da ICPD.

Contudo, os compromissos da Cimeira de Nairobi e a análise e os dados neste relatório **Cimeira de Nairobi ICPD+25 — Um guia para atingir os compromissos** não podem ser considerados de forma isolada. Devem ser relacionados e acompanhados por outras fontes e dados que fundamentem uma avaliação holística e completa dos contextos dos países e do seu ambiente político específico, estabelecendo preferencialmente ligações a movimentos sociais e aliados que também estiveram presentes na cimeira.

A análise neste relatório é um guia para promover acções de sensibilização por parte da sociedade civil para que os Governos priorizem a igualdade de género e dos direitos e saúde sexual e reprodutiva para todas as pessoas, incluindo os jovens. Indica tendências que podem ser aproveitadas ao nível nacional, em interligação com parceiros regionais e internacionais e em diálogos intergovernamentais.

Os governos devem utilizar esta análise para priorizar, comunicar e celebrar o progresso dos compromissos que assumiram na cimeira em Novembro de 2019.

Verificou-se um apoio avassalador dos governos nos compromissos que assumiram para as seguintes áreas temáticas:

- Investir na saúde sexual e reprodutiva dos jovens;
- Reconhecer a importância de aperfeiçoar a recolha de dados;
- Combater e eliminar a violência baseada no género, como elemento-chave para a concretização da Agenda da ICPD;
- Concretizar a igualdade de género e, especificamente, a integração da igualdade de género e de direitos e saúde sexual e reprodutiva na arquitectura política; e
- Assegurar o acesso à contracepção, incluindo pelos jovens.

Além disso, as lacunas nos compromissos para IVG segura e educação sexual integrada têm de ser colmatadas pela sociedade civil, para se começarem a concretizar progressivamente mudanças nas políticas e práticas, mesmo em países restritivos, através de estratégias de sensibilização SMART e contextualizadas. Os compromissos da Cimeira de Nairobi já comprovam a vontade política dos governos para agilizarem a implementação do PA da ICPD e fazerem avançar a Agenda. Tendo em vista esse fim, as tendências regionais podem ser utilizadas pela sociedade civil como argumento para demonstrar a necessidade de coerência na resposta a questões comuns a nível regional e de mudanças a nível nacional.

¹⁰ <https://ippf-covid19.org/>

8 RECOMENDAÇÕES

Os desejos da maioria dos africanos, particularmente mulheres e raparigas, só podem ser concretizados se os compromissos se traduzirem efectivamente em acções, assegurando assim que ninguém é negligenciado — seja pobre ou rico, esteja longe ou perto. Os jovens querem que os seus DSSR sejam cumpridos, querem completar a escola, querem ter acesso a serviços e querem empoderamento e espaço nas estruturas de tomada

de decisões para negociarem as respectivas necessidades de saúde. Em vez de discursos sobre educação sexual integrada (CSE), IVG, mutilação genital feminina (FGM), erradicar o casamento infantil e assegurar direitos sexuais, querem acções e mudanças radicais que redefinam a década — reforçando o instrumento e quadros políticos africanos que ajudarão a abranger e transformar o continente.

SENTIMENTO DE URGÊNCIA

A sensibilização para os compromissos da Cimeira de Nairobi deve começar imediatamente ao nível nacional e fazer parte de esforços sustentados de sensibilização em direcção a 2030, também consistentes com a Agenda 2030.

ABORDAGEM ESTRATÉGICA

As acções de sensibilização e prestação de contas quanto à ICPD ao nível nacional deve começar pela definição de uma estratégia de sensibilização criada conjuntamente em coligação, com responsabilidades partilhadas.

METAS DE SENSIBILIZAÇÃO

As acções de sensibilização devem ser direccionadas para os governos, incluindo deputados do parlamento, a vários níveis de tomada de decisão de diferentes ministérios (género, saúde, justiça, finanças) e autoridades locais, mas também para o meio académico e outras OSC que trabalhem nos domínios de DSSR, direitos humanos e assuntos relacionados ou grupos específicos, como pessoas da comunidade LGBTQI+, com incapacidades ou indígenas, no âmbito de uma abordagem multisectorial.

AUMENTAR A QUALIDADE DOS COMPROMISSOS

A sociedade civil deve proceder junto do seu governo a um processo de garantia de qualidade dos compromissos anunciados pelo respectivo país. Por exemplo, negociar prazos, caso não estejam calendarizados ou não sejam suficientemente SMART.

MAPEAMENTO DE RECURSOS

Devem-se analisar os compromissos do governo em relação aos assumidos por OSC, o sector privado e as agências da ONU, para assegurar que se conhecem todos os recursos e planos de acção disponíveis para implementar esses compromissos.

PARCERIAS

Devem-se planear actividades para a implementação dos compromissos da Cimeira de Nairobi com movimentos sociais, outras OSC, os escritórios nacionais do UNFPA e outros parceiros relevantes.

CONCRETIZAÇÃO PROGRESSIVA DE PRIORIDADES

Os países e regiões com pontuação fraca em termos de consistência temática poderão precisar de um direccionamento táctico estratégico para começar “a fazer a diferença”.

NÃO NEGLIGENCIAR NINGUÉM

Os programas de DSSR inclusivos têm de ser expandidos para chegarem a locais remotos (por exemplo, em situações de emergência complexa), assegurando que não negligenciam ninguém.

SOLUÇÕES ACTIVAS NO TERRENO

As estruturas comunitárias existentes (tradicionais e religiosas) devem funcionar como pontos focais para consolidar a implementação de soluções domésticas culturalmente adequadas, ministrando educação sexual integrada e respondendo às desigualdades de género.

RELATÓRIOS ANUAIS SOBRE OS COMPROMISSOS

Os governos devem comprometer-se a produzir anualmente relatórios sobre os compromissos assumidos na Cimeira de Nairobi.

ESTABELECEER LIGAÇÕES INTERNACIONAIS

Devem-se mapear os espaços e processos intergovernamentais que podem ser utilizados para acções de sensibilização global, sugerindo formas de apoio por parceiros regionais e internacionais, como o Exame Periódico Universal, os Relatórios Nacionais aos Órgãos de Supervisão do Tratado dos Direitos Humanos (Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, Comité dos Direitos da Criança, Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais) e Relatórios Nacionais Voluntários para o Fórum Político de Alto Nível.

RESPONSABILIZAÇÃO A TODOS OS NÍVEIS

Devem-se integrar, disseminar e implementar todos os instrumentos políticos relacionados com população e desenvolvimento, assegurando em simultâneo a prestação de contas abrangente a todos os principais intervenientes (aos níveis governamental, da sociedade civil e comunitário, e de líderes religiosos e tradicionais).

ANEXO 1 METODOLOGIA E BASE DE DADOS

BASE DE DADOS DE ANÁLISE DOS COMPROMISSOS DA CIMEIRA DE NAIROBI

A [base de dados](#) de análise dos compromissos da Cimeira de Nairobi foi criada por investigadores e capta, de uma forma sistemática e granular, os compromissos assumidos por 137 países participantes na Cimeira de Nairobi. Posteriormente, foi avaliada em comparação com diversos critérios para identificar padrões temáticos e lacunas, bem como tendências regionais e globais e a respectiva consistência com a [Advocacy Common Agenda](#) da IPPF.

A base de dados dos compromissos dos governos está organizada por país e região e identifica muitas oportunidades para mobilização política de membros da IPPF, sociedade civil e governos em redor da Cimeira de Nairobi.

É importante ter em atenção que os compromissos indicados na base de dados são listados de acordo com o formato do respectivo envio para o sítio Web da Cimeira de Nairobi. Contudo, no caso da análise financeira e SMART, cada compromisso foi dissecado o mais detalhado possível ou na componente mais pormenorizada. Os investigadores adoptaram esta abordagem por dois motivos.

Para facilitar a análise — este método permitiu que os investigadores avaliassem cada parte do compromisso global de acordo com os parâmetros seleccionados (classificação nos critérios SMART, focada na ajuda doméstica ou ao desenvolvimento e área temática).

Para facilitar a prestação de contas — caso não haja uma dissecação mais pormenorizada do seu conteúdo, podem-se ignorar facilmente detalhes importantes nos compromissos assumidos pelos governos, o que dificulta a sua responsabilização. Este método procura chamar a atenção aos detalhes de cada compromisso assumido na Cimeira de Nairobi.

Os utilizadores da base de dados devem ter em atenção que o número total de compromissos listados na base de dados pode diferir do número de compromissos registados na Cimeira de Nairobi.

Esta publicação é acompanhada por uma série de relatórios sobre os compromissos da [Cimeira de Nairobi ICPD+25](#):

- Cimeira de Nairobi ICPD+25 — Um guia para atingir os compromissos — relatório principal;
- Relatórios de análise regional: África, Américas, Mundo Árabe, Ásia e Pacífico, Europa e Ásia Central;
- [Base de dados online](#).

METODOLOGIA

Os compromissos individuais foram retirados do sítio web da Cimeira de Nairobi e introduzidos na base de dados. No caso da análise financeira e SMART, foram adicionalmente subdivididos nos respectivos componentes, para assegurar que se consideravam todos os temas incorporados num compromisso mais abrangente. A essência e a integridade dos compromissos foram sempre mantidas. Os compromissos foram categorizados de acordo com os vários critérios presentes na base de dados, considerando principalmente os temas prioritários da [Advocacy Common Agenda](#). A categorização dos compromissos foi efectuada de acordo com a própria auto-selecção dos governos no sítio Web ou, caso não existisse pré-selecção, de acordo com o critério do investigador com base na descrição do compromisso. A análise SMART seguiu os seguintes critérios:

S	Specific (Específico)	O que será concretizado? (Que acções serão tomadas?)
M	Measurable (Mensurável)	Que dados irão medir o objectivo? (Qual é a quantidade? Qual é a qualidade?)
A	Attainable (Exequível)	O objectivo é viável? O país tem as competências e os recursos necessários?
R	Relevant (Relevante)	Em que medida é que o objectivo é consistente com o PA da ICPD?
T	Time-bound (Calendarizado)	Qual é o prazo para concretizar o objectivo?

Para fins deste estudo e porque os investigadores não conhecem suficientemente o contexto dos países, decidiu-se assumir que todos os compromissos são exequíveis. Contudo, será importante que as organizações da sociedade civil validem essa assunção para todos os compromissos individuais em todas as regiões.

BASE DE DADOS

Os compromissos da Cimeira de Nairobi foram carregados para o sítio Web da cimeira utilizando uma diversidade de formatos e estilos. Isso significa que os compromissos não estavam normalizados. Vários dos compromissos foram apresentados como compromissos singulares, mas continham em si diversos compromissos individuais e, por isso, foi importante decompor os compromissos, possibilitando assim a avaliação ao nível mais detalhado possível. Após a dissecação mais pormenorizada do conteúdo dos compromissos, estes foram avaliados de acordo com a região, país e prioridades no âmbito da Advocacy Common Agenda por associação-membro; prioridades da Advocacy Common Agenda por compromisso; se os compromissos eram sobre financiamento doméstico, não financeiros, financeiros de ajuda ao desenvolvimento ou não financeiros de ajuda ao desenvolvimento; e a medida em que os compromissos individuais podiam ser classificados como SMART (específico, mensurável, exequível, relevante e calendarizado) — cada um na sua própria coluna.

Embora este relatório não aborde esta questão, a inclusão de colunas que identificam a consistência com os compromissos relacionados com os Três resultados transformativos do UNFPA, bem como os cinco temas da Cimeira de Nairobi, possibilitou uma contextualização mais alargada dos temas e uma análise mais

abrangente. Os investigadores consideraram importante que a análise final captasse o significado atribuído a esses temas pelos governos, porque é um indicador da compreensão pelos governos, bem como da visão e do apoio para o PA da ICPD. De forma semelhante, os investigadores consideraram interessante adicionar uma coluna detalhando se o UNFPA tinha um escritório nos países que assumiram compromissos e determinar se existia uma correlação entre os critérios SMART e a presença de um escritório do UNFPA no país.

LIMITAÇÕES DA METODOLOGIA

O sítio web dos Compromissos da Cimeira de Nairobi ainda se encontra activo para a introdução de novos compromissos. É possível que os dados utilizados para a análise não sejam os mais recentes. Os compromissos incluídos neste estudo não incluem os que não foram carregados para o sítio Web à data da redacção, nem os proferidos em Nairobi na cerimónia dos compromissos, mas que não foram subsequentemente registados no sítio Web. A subdivisão dos compromissos torna o número de compromissos comunicados exclusivo ao estudo, dificultando comparações. Há muitos comentários que foram introduzidos nos idiomas nativos, exigindo a respectiva tradução para Inglês. A metodologia está exclusivamente direccionada para dados quantitativos. Uma análise quantitativa não capta a diversidade da Cimeira de Nairobi e limita a possibilidade de apresentar um panorama holístico. Alguma da categorização foi subjectiva, o que aumenta a margem de erro. Os compromissos foram categorizados de acordo com áreas de mudança de alto nível nos temas da Advocacy Common Agenda, o que significa que, por vezes, se perdeu uma abordagem mais granular.

FIGURAS E TABELAS

Figura 1 (página 6)	Resumo ilustrado da Advocacy Common Agenda da IPPF
Figura 2 A–F (página 8)	Compromissos por região e tema prioritário (África, Américas, Mundo Árabe, Ásia e Pacífico e Europa e Ásia Central)
Figura 3 (página 12)	Total percentual financeiro dos compromissos por região
Figura 4 A e B (página 14)	Percentagem de compromissos de África consistentes com prioridades temáticas
Tabela 1 (página 9)	Consistência dos compromissos com temas prioritários
Tabela 2 (página 15)	Países africanos com compromissos SMART robustos com base em temas prioritários

REFERÊNCIAS

- i. Starrs A, et al. (2018). Accelerate progress – sexual and reproductive health and rights for all: report of the Guttmacher–Lancet Commission. The Lancet. 391(10140) pp. 2542-2692. The Lancet Commissions. 391 (10140), pp.2642–2692.
- ii. *ibid.*
- iii. *ibid.*
- iv. <https://www.shedecides.com>

Os textos da ICPD utilizados para comparação nesta análise incluem os seguintes:

- Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD);
- Declaração e Plataforma de Acção de Pequim;
- Relatórios de Análise Regional da ICPD+25, 2018;
- África — o Plano de Acção de Maputo para 2016–2030. União Africana (2016–2030).

FOTOGRAFIA

Capa: Moçambique/Isabel Corthier

Capa: Benim/Xaume Olleros

Contracapa: Moçambique/Isabel Corthier

Página 7: Camarões/Xaume Olleros

Página 12: Moçambique/Isabel Corthier

Página 13: Camarões/Xaume Olleros

Página 17: Burundi/Georgina Goodwin

ABREVIATURAS

AG	Assembleia Geral
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CDH	Conselho dos Direitos Humanos
CEDAW	Committee on the Elimination of Discrimination against Women (Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres)
CEEONU	Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas
CEFM	Child Early Forced Marriage (Casamento Infantil, Precoces e Forçado)
CMTS	Compromissos
CPD	Commission on Population and Development (Comissão de População e Desenvolvimento)
CRC	Committee on the Rights of the Child (Comité dos Direitos da Criança)
CSE	Educação sexual integrada
CSW	Commission on the Status of Women (Comissão sobre o Estatuto da Mulher)
DD	Dividendo Demográfico
DSSR	Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva
EM	Estados-Membros
ESCR	Economic, Social and Cultural Rights (Direitos Económicos, Sociais e Culturais)
FGM	Female Genital Mutilation (Mutilação Genital Feminina)
FP	Family Planning (Planeamento Familiar)
FP2020	Family Planning 2020 (Planeamento Familiar 2020)
GEWE	Gender Equality and Women's Empowerment (Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres)
HLPF	High Level Political Forum (Fórum Político de Alto Nível)
ICPD	International Conference on Population and Development (Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento)
IG	Igualdade de Género
IPPF	International Planned Parenthood Federation (Federação Internacional para o Planeamento Familiar)
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBTQI+	[Comunidade] Lésbica, Gay, Bissexual, Transgénero, Queer e Intersexo
MC	Montevideo Consensus (Consenso de Montevideo)
MM	Mortalidade Materna
MPoA	Maputo Plan of Action (Plano de Acção de Maputo)
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PA	Programa de Acção
PDI	Pessoa Deslocada Internamente
RESG	Representante Especial do Secretário-Geral
RMNCHA	Reproductive, Maternal, Newborn, Child and Adolescent Health (Saúde Reprodutiva, Materna, de Recém-Nascidos, Crianças e Adolescentes)
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SMART	Specific, Measurable, Attainable, Relevant, Time-Bound (Específico, Mensurável, Exequível, Relevante e Calendarizado)
SOGIE	Sexual Orientation and Gender Identity and Expression (Orientação Sexual e Identidade e Expressão de Género)
SR	Special Rapporteur (Relator Especial)
SSR	Saúde Sexual e Reprodutiva
UA	União Africana
UE	União Europeia
UHC	Universal Health Coverage (Cobertura Universal de Saúde)
UK	United Kingdom (Reino Unido)
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
VBG	Violência Baseada no Género
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana



**Publicado em Agosto de 2020 pela
Federação Internacional para o Planeamento Familiar**

4 Newhams Row, Londres SE1 3UZ, Reino Unido
tel. +44 (0)20 7939 8200
fax +44 (0)20 7939 8300
web www.ippf.org
email info@ippf.org

Registo de organização de beneficência no Reino Unido n.º 229476